

Foucault: um abalo sísmico no campo da historiografia

Valdeci Rezende Borges¹

Neste texto, busca-se tratar da concepção foucaultiana de história e de sua influência na historiografia. Num contexto marcado pela postura interdisciplinar, a discussão sobre se Foucault era ou não historiador, em oposição ao filósofo, é questão irrelevante. Segundo Veyne (1982), Foucault revolucionou a história e, para Burke (1997), os *Annales*, que produziram “a revolução francesa da historiografia”, muito devem à sua obra. Ele provocou no terreno historiográfico um grande abalo sísmico, conforme sua metáfora geológica e seu método arqueológico aplicado à história, com base no qual abordou os campos do saber humano como sendo formados por camadas sedimentares de produções oriundas de paradigmas diferentes que se sobrepõem quando se rompem, os quais requerem ser escavados e removidos para conhecer as transformações, rupturas bruscas e seus princípios.

Se a terra tremeu e uma placa tectônica rompeu, emergindo outra, isso provocou na superfície também efeitos notáveis, rachaduras e necessárias reconstruções, as quais deixaram os historiadores divididos. Uns, aterrorizados, possessos e aborrecidos pelo desconforto e intranquilidade; outros, fascinados e entusiasmados com as perspectivas abertas ao se mexer profundamente nas convenções da disciplina e questionar as regras estabelecidas. Perceber o legado renovador de Foucault requer uma revisão de seu programa de ação, o que pode ser feito recorrendo a alguns de seus escritos e a seus leitores críticos, os quais indicam os sinais da diferença e dos deslocamentos.

Foucault rompeu com as convenções da disciplina histórica, questionando, sobretudo os métodos e os princípios reguladores da tradicional história das idéias, pautados na relação de causa e efeito e na unidade dos processos evolutivos. Seu objetivo não era estabelecer as continuidades, mas as descontinuidades, os grupos de noções, séries, discursos diferentes que emergem. Seus textos apresentam um projeto de investigação e análise histórico-filosófico da sociedade moderna, identificando as condições em que ocorreu a ascensão da razão e do racionalismo no ocidente europeu, partindo da história do presente e objetivando refletir sobre ela. A partir das questões colocadas pelo presente, buscou desvelar os vários estratos históricos que compunham a cultura e a sociedade ocidental, no que refere à normalização, disciplina e poder, o que aproximou seu programa ao projeto dos *Annales*.

Foucault codificou, principalmente em duas obras (*As Palavras e as Coisas* -1966 e *Arqueologia do Saber* - 1969), seu pensamento epistemológico, seu método e objetos de estudo. Na primeira, usando o método arqueológico, buscou descobrir, nas variadas camadas da cultura, os vestígios do passado, voltando-se para os diversos materiais que compõem o conhecimento ocidental, visando detectar mudanças nos paradigmas que sustentam os campos de saber ou epistemes, vistos como históricos, delimitados por regras e condições que definem a articulação dos elementos empíricos. Ele, com sua metáfora geológica, deteve-se nos paradigmas que presidem dois períodos históricos distintos, a época clássica e a moderna, expondo das camadas dos espaços epistêmicos, que possuem historicidade própria, os pontos de interrupções e as descontinuidades. Apontou duas grandes rupturas no campo do saber ocidental: uma que inaugurou a idade clássica, em meados do século XVII, e outra que assinalou o limiar da modernidade, no início do século

¹ Professor adjunto do curso de História da UFG/CAC.

XIX. Com tais mutações, a ordem a partir da qual pensamos o mundo deixou de ter o mesmo modo de ser que a dos clássicos.

Nessa pesquisa histórico-arqueológica, observou três empiricidades, os saberes sobre a vida, o trabalho e a linguagem, situando, nas suas interseções, o homem moderno. Tais rupturas, da época clássica com a moderna, foram localizadas na descontinuidade que separou a Gramática Geral e a Filologia, a Análise das Riquezas e a Economia, a História Natural e a Biologia. Com isso, Foucault criticou a interpretação que defende um movimento ininterrupto da razão europeia desde a renascença até os dias atuais. A ideia de progresso contínuo foi vista como um “efeito de superfície”, pois, no plano arqueológico, profundo, cada saber experimentou mudanças radicais na passagem do século XVII para o XVIII e início do XIX. Assim, sua arqueologia propôs evidenciar as interrupções, as mudanças bruscas, e desconstruir as ciências humanas daí erigidas.

Na *História da Loucura* (1978:509), por exemplo, mostrou a ruptura na ideia de loucura, que possuía durante o Renascimento uma conotação muito específica e linguagem própria, representando “a face irrisória e complementar da razão”, mas que, a partir daí, começou “a perder todos os privilégios”, sendo a figura do insensato “abandonada a si mesma”, não podendo mais servir como freio satírico contra a arrogância dos homens ditos ajuizados. Dessa forma, sua arqueologia recusa a história única, contínua e evolutiva das ideias, sendo seu objetivo mostrar as disposições e as rupturas que, por meio das epistemes, debruçam sobre a figura humana e constituem o presente.

Em decorrência dessa postura, Foucault forjou a figura do historiador arqueólogo que, do presente, exuma as camadas culturais, “geológicas”, do passado, por meio de uma “arqueologia do silêncio”; que busca aquilo que foi dito, mas silenciado, oculto por preconceitos, reticências, reentrâncias dos locutores e pelas próprias palavras que enganam, fazendo acreditar na existência de coisas e objetos naturais, mas que não passam de correlatos das práticas correspondentes. Segundo Veyne (1982:160-3), deve-se expor à luz aquilo a que falta densidade, que ficou vazio em torno dos objetos, que é estranho, raro, exótico: as pequeninas coisas inconscientes, mas que os engendram.

A segunda obra, na qual codificou seus pressupostos epistemológicos, é *Arqueologia do Saber*, na qual percorreu via semelhante à anterior, privilegiando as rupturas bruscas e a emergência de estruturas novas. Foucault assinalou a necessidade de deslocamento do olhar do historiador para a longa duração, para “os grandes pedestais imóveis e mudos” enterrados sob acontecimentos superficiais que ocultam mudanças essenciais, distinguindo a existência de “camadas sedimentárias diversas”, analisando os fenômenos de rupturas na profundidade e distinguindo as discordâncias de um estrato da realidade para outro.

Essa problemática pôs novamente em causa a concepção tradicional de documento, a qual a primeira geração dos *Annales* já havia ampliado, ao negar o primado do documento escrito e proclamando a possibilidade de produzir história, “fazer mel”, de todas as coisas que exprimem o homem; além de chamar a atenção para seu papel no jogo das transmissões das recordações do passado. Afirmou que o documento não é um simples reflexo do passado, mas um material que o historiador trata, organiza, corta, divide em séries, sendo, logo, a história a aplicação desse material tratado, elaborado: “é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa”. Na sua crítica ao documento, enfatizou que a história de hoje, diferente da tradicional, transforma os documentos em monumentos, isto é, torna as ditas “provas” em sinais edificados, fabricados por meio de atos, como isolar níveis específicos, agrupar, reagrupar, inter-relacionar e organizar conjuntos. Assim, uma história-arqueologia tende para uma descrição interna, intrínseca, que visa desconstruir o documento e perceber os elementos de sua edificação, como as relações de poder que permeiam essas operações.

Essa história das idéias leva em conta as rupturas epistemológicas, os deslocamentos e as transformações de conceitos e não as continuidades culturais; atém-se às coerências internas dos grupos de conceitos e, principalmente, a passagem de um sistema a outro, a interrupção e a diferença. O postulado da descontinuidade levou Foucault a distanciar-se da tradicional história das idéias, ao defender a necessidade do historiador de libertar-se dos conceitos geralmente aceitos como tradição, influência, evolução, mentalidade, pois explicações frouxas; questionar as compartimentações disciplinares; rejeitar a idéia de história total, global, que reúne todos os fenômenos ao redor de um único centro para reconstituir os conjuntos sociais a partir de um princípio exclusivo (material ou espiritual). Princípio a partir do qual forma-se um só conjunto, em que os valores têm significações comuns a todos os fenômenos e cria o rosto de uma época, ao estabelecer um suposto sistema de relações homogêneas ao redor de um núcleo central. A história tem de ser geral, por reconstituir conjuntos determinados com relações e formas diferentes. Seu princípio é o diferente, a diversidade, sendo que os elementos podem figurar simultaneamente em conjuntos distintos, em várias possibilidades e várias séries. A história geral é o espaço da dispersão, das diferenças, de conjuntos variados, dos diferentes modos.

Foucault problematizou os cortes, as repartições habituais das disciplinas, a compartimentação; questionou as noções simplistas de livro ou obra individual, pois todo texto remete a outros e assenta-se no já escrito; renunciou ao antigo, à continuidade e ao repetido, privilegiando o novo, a ruptura; investigou os princípios, regras que definem a produção dos discursos em cada época, como as verbais de regência (ocultas, inconscientes, anônimas e históricas); ampliou a idéia de real, opondo-se ao reducionismo que deixava de fora o pensamento. Preocupou em estudar os valores que norteiam o funcionamento dos sistemas e lhes dão coerência, conciliando com as exigências de uma abordagem histórica.

Foucault, em geral, deteve-se no estudo dos “sistemas de pensamento”, pois, pautando em Hegel, viu o discurso como “ordenação dos objetos” e fruto de relações de poder, sendo as práticas discursivas aquelas que idealizam e descrevem as objetivações. Desse modo, focalizou a história sobre os discursos como prática de saber e de poder, como aquilo que se diz e se faz, e designa as relações entre as palavras e as coisas que procura significar como aquelas sobre o sexo, que fundamentam a sexualidade e produzem sua verdade; como dispositivos políticos, que organizam e estruturam os corpos e os gestos.

A intenção de estudar o poder foi explicitamente exposta em toda sua produção. Para isso, criou preceitos gerais, como não reduzir o poder a uma consequência das legislações, de instituições estatais e das estruturas sociais das classes dominantes; nem apenas à forma de repressão. Nunca se localiza fora do poder que é coextensivo com o corpo social, tudo permeando, cantos e lugares. As relações de poder entrelaçam com outros tipos de relações, como de produção, de parentesco, de sexo e o historiador deve procurá-las “nos lugares menos promissores”, pois lá estão os interstícios do poder. O método para investigar o poder e suas redes é o genealógico, que consiste em isolar as diferenças e procurar as inversões, as mudanças; perceber quando muda uma força que se sobrepõe à outra. Essa genealogia busca o começo e não a origem, distinção fundamental, visto que a origem implica a procura de causas e o começo em detectar as diferenças. Esse método foi aplicado em *Vigiar e Punir* e *História da Sexualidade*.

Em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, de 1975, adaptando o método genealógico de Nietzsche, buscou identificar, nos discursos sociais, o momento de introdução de novas tecnologias de poder. Reiterou seu projeto histórico e sua nova maneira de escrever a história, ao constatar e refletir sobre a diferença e a mudança entre duas formas de repressão distantes entre si, contrastando estilos de sistemas penais em transfiguração, que se traduziram numa redistribuição da economia

dos castigos. Tratou da emergência e da consolidação de uma estrutura nova, invocando fatores interligados como as mudanças da criminalidade, o desenvolvimento do aparelho judiciário e a menor tolerância a certas ilegalidades. Percebeu, no final do século XVIII, a constituição de uma sociedade disciplinar generalizada, pautada numa “anatomia política do detalhe”, observável na escola, no quartel, na oficina, no hospital. Disciplina que encerra o indivíduo, que controla minuciosamente as operações do corpo, alvo e objeto de poder, tornando-o “dócil” por meio de técnicas e mecanismos de submissão, como a distribuição dos indivíduos no espaço, o controle de suas atividades, a repartição minuciosa do tempo, o olhar hierárquico, as sanções e os exames. Essa estrutura, que tem por função “adestrar”, ou seja, criar indivíduos dóceis, encurralou todas as formas de desvio: loucos, criminosos, dentre outros.

Dessa forma, Foucault, ao examinar a cultura ocidental, encontrou no seu cerne o poder como princípio organizador de tudo. As tecnologias de poder, que não se originam apenas no Estado, nos governos, na política e na economia, mas existem em redes infinitesimais e complexas de micropoderes, de relações de domínio, que permeiam todos os aspectos da vida social, não só reprimem como também criam, entre outras coisas, a verdade e sua própria legitimação. Ao historiador cabe identificar essa produção de verdades como uma função do poder. Esse projeto de historiador realiza-se ainda mais na obra *História da Sexualidade*, que é uma história das práticas discursivas sobre o sexo, as quais produzem suas características fundamentais e sua verdade, aquilo que sustenta e determina as práticas e os comportamentos sexuais e que bloqueia os corpos e as mentes. Ela é história do dispositivo político, em sentido lato, de poder, que se articula diretamente sobre o corpo, suas funções, processos fisiológicos, sensações e prazeres, organizando e estruturando os corpos e os gestos.

A contribuição de Foucault para a escrita da história é, sobretudo, seu método, que parte do princípio de não tomar nada por garantido, por certo, verdadeiro e acabado. Ele desprezou a periodização tradicional da História (idade antiga, média, moderna e contemporânea) e da História intelectual (classicismo, barroco, neoclássico, romantismo, realismo, modernismo). Questionou a noção de documento, a busca das continuidades e das explicações monocausais ou da causa primeira, pois, para ele, há uma multiplicação causal, visto que toda prática depende de outras tantas, e todas as estruturas se relacionam. Foucault não tinha uma teoria fixa ou uma posição imutável com relação às quais todas as coisas pudessem ser medidas, buscando sempre as rupturas, mas não tendo um esquema teórico determinado. Segundo Le Goff, ele ocupa um lugar excepcional na história por três razões; primeiro, por introduzir alguns novos objetos “provocadores” na pesquisa, como a loucura, a clínica, o cárcere, a sexualidade, pondo em evidência a grande virada no ocidente de segregação dos desviados, permitindo a explosão da história ao rumo de novos territórios e esferas, às margens da sociedade, clareando seu funcionamento.

A segunda razão advém de ter feito um diagnóstico perspicaz sobre a renovação da história a partir de quatro pontos: a) “questionando o documento” e o transformando em monumento, do qual se devem decifrar as qualidades intrínsecas, suas intencionalidades e os interesses contidos, as relações de poder que o forjaram e o preservaram; b) colocando a “noção de descontinuidade”, privilegiando as rupturas e a emergência de estruturas novas; c) rejeitando a “história global” em detrimento de uma “história geral” pautada no princípio da diversidade, da possibilidade de formas diferentes de séries a partir dos mesmos elementos; d) usando novos métodos: o método arqueológico e genealógico.

A terceira razão resulta de ter proposto uma filosofia original da história, ligada à prática e à metodologia da disciplina histórica, a qual aplicou na prática. Essa história é, segundo Veyne (1982), a “utilização de todo e qualquer tipo de invariantes para dissolver os racionalismos

constantemente renascentes”. Sendo a história genealogia, passou a ser filosofia, ficando longe da vocação empirista a ela tradicionalmente atribuída. Toda história, no seu dizer, é arqueologia, conduzida a perceber os pretensos objetos naturais como práticas datadas e raras, logo, construídas e constituídas historicamente.

Para Burke (1997), a influência de Foucault sobre os historiadores do movimento dos *Annales* é flagrante. Graças a ele, descobriram a história do corpo e os liames entre essa história e a história do poder; a pobreza da “idéia de real”, reduzida ao domínio social e que deixa de fora o pensamento; a nova história cultural da sociedade exemplificada na viragem antropológica e na arqueologia dos sistemas de pensamento. Nesse novo campo, tem destaque Chartier, que endossa que os temas das ciências humanas são produtos discursivos historicamente formados. Sua influência ainda na nova história está associada à redescoberta da história política, de uma nova, que se estende em direção à micropolítica, às lutas pelo poder na família, inclusive, na história de gênero, na escola, nas fábricas.

Bibliografia

- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Europa-América, 1997.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo, Unesp, 1997.
- CHARTIER, R. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *As palavras e as coisas: arqueologia das ciências humanas*. S. Paulo: M. Fontes, 1981.
- _____. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- _____. *Aqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1986.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- OLIVA, Renato. Michel Foucault: a arqueologia do saber e a história do presente. *Ícone*, Uberlândia, v. 1, n.2, p.115-133, jul.dz. 1993.
- REVEL, J. Os Annales em perspectiva. In: _____. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.
- VEYNE, Paul. Foucault Revoluciona a História. In: *Como se escreve a História*. Brasília: UnB, 1982.